



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitação

Vale frisar que o item de relevância ora impugnado possui valor estimado de R\$ 346.484,06 (trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e seis centavos), o que evidencia a plena adequação legal da exigência.

Acrescente-se que não procede a alegada divergência nas especificações técnicas dos itens apontados como parcelas de relevância, visto que trata-se, na realidade, de itens distintos. Inclusive, no que tange ao piso de argamassa de alta resistência, observa-se perfeita correspondência entre a descrição constante no edital e aquela consignada na Planilha Orçamentária, conforme se depreende do excerto a seguir transcrito:

7			REVESTIMENTOS						R\$	1.187.257,22
07.01	DER	120101	Chapisco de argamassa de cimento e areia média ou grossa lavada, no traço 1:3, espessura 5 mm	m2	5355,75	R\$	7,23	R\$	9,47	R\$ 50.718,95
07.02	DER	120301	Emboço de argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia média ou grossa lavada no traço 1:0,5:5,6, espessura 20 mm	m2	5355,75	R\$	35,18	R\$	46,09	R\$ 246.846,52
07.03	DER	130103	Regularização de base para revestimento cerâmico, com argamassa de cimento e areia no traço 1:5, espessura: 3 cm	m2	308,36	R\$	25,63	R\$	33,58	R\$ 10.354,73
07.04	DER	130233	Porcelanato esmaltado, acabamento acetinado, dim. 60x60cm, ref. de cor CIMENTO CINZA BOLD Portobello/equiv, utilizando dupla colagem de argamassa colante para porcelanato tipo ACIII e rejunte 3mm para porcelanato	m2	308,36	R\$	144,15	R\$	188,85	R\$ 58.233,79
07.05	DER	130230	Piso argamassa alta resistência tipo granilite ou equiv de qualidade comprovada, esp de 10mm, com juntas plástica em quadros de 1m, na cor natural, com acabamento antiderrapante mecanizado, inclusive regularização e=3,0cm	m2	1968,68	R\$	133,90	R\$	175,42	R\$ 345.345,85

Cumpra ainda destacar que, conforme se depreende das próprias capturas de tela juntadas pela impugnante, houve nítida confusão entre a tabela de valores de referência constante do Edital – derivada do sistema E&L – e a Planilha Orçamentária do certame, documento técnico que serve de base para a licitação e que é elaborado pelo Setor de Engenharia, disponibilizado em arquivo apartado tanto no site oficial da Prefeitura Municipal quanto na Plataforma Licitanet.

Desta feita, não há que se falar em exclusão da parcela de relevância impugnada, haja vista sua legalidade e pertinência, devidamente demonstradas. Tampouco se justifica qualquer alteração nas descrições técnicas, uma vez que não se verifica qualquer divergência ou incongruência nos documentos que instruem o edital.

2.3. Suposta necessidade de atestado técnico operacional registrado no CREA/ES

A impugnante sustenta que o Edital não exige, de forma expressa, a apresentação da Certidão de Acervo Operacional (CAO), o que, em seu entendimento, comprometeria a verificação da efetiva experiência da empresa licitante. Argumenta, ainda, que a eventual apresentação de atestados desacompanhados do devido registro junto ao CREA careceria de fé pública, fragilizando a aferição da capacidade técnico-operacional das concorrentes. Por tais razões,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitação

pleiteia a retificação do instrumento convocatório, com a inclusão obrigatória da referida certidão.

Analizando o questionamento, o Engenheiro Municipal manifestou-se no sentido de que a observação quanto à ausência de exigência da CAO é tecnicamente procedente e merece acolhimento, especialmente diante da atual normatização aplicável às contratações públicas que envolvem obras e serviços de engenharia. Veja-se:

“A observação trazida quanto à ausência de exigência da Certidão de Acervo Operacional (CAO) está tecnicamente correta e merece acolhimento, especialmente considerando o atual regramento normativo aplicável às contratações públicas que envolvem serviços ou obras de engenharia.

De fato, embora a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, não mencione expressamente a CAO, ela prevê a exigência de documentação que comprove a capacidade técnico-operacional da empresa, especialmente por meio de certidões ou atestados que demonstrem experiência anterior em serviços similares, de complexidade equivalente ou superior.

Complementando a norma legal, a Resolução CONFEA nº 1.137/2023, de recente publicação, regulamentou no âmbito do Sistema CONFEA/CREA a emissão da CAO como instrumento oficial para comprovação da experiência da pessoa jurídica (empresa), especialmente nos casos em que o profissional responsável técnico pela execução da obra ou serviço não integra mais o seu quadro.

A mencionada resolução, portanto, não cria uma nova exigência, mas padroniza e dá validade formal ao meio de prova da qualificação técnico-operacional, alinhando os procedimentos dos Conselhos Regionais de Engenharia com as diretrizes legais da nova Lei de Licitações.

Dessa forma, a ausência da exigência da CAO pode comprometer a efetividade da análise da qualificação técnica das licitantes, razão pela qual será acatada a sugestão de revisão do item da comprovação técnica do edital, com a inclusão da exigência da CAO, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, sempre que os atestados forem utilizados para comprovar a experiência da empresa em obras e serviços de engenharia.”

Diante da manifestação técnica acima, bem como da relevância da CAO como instrumento de autenticidade e validação das experiências técnicas declaradas, acolhe-se a impugnação neste



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitação

ponto para que seja incluída a exigência da Certidão de Acervo Operacional (CAO) no instrumento convocatório.

2.4. Suposta não adequação com a Lei de Licitações: nova modalidade de garantia

A impugnante sustenta que o edital, ao dispor sobre as modalidades de garantia da proposta e da execução contratual, omitiu-se quanto à inclusão do título de capitalização, previsto no art. 96, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021, elencando tão somente as modalidades tradicionais, quais sejam: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária e seguro-garantia. Em razão disso, requer a inclusão expressa da nova modalidade legalmente prevista, a fim de assegurar a plena conformidade do instrumento convocatório com a legislação vigente.

Com efeito, assiste razão à impugnante quanto a esse ponto, tendo em vista que o edital, ao omitir a possibilidade de prestação de garantia por meio de título de capitalização, deixou de contemplar uma das quatro modalidades legalmente admitidas, em descompasso com a norma expressa do §1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, reconhecida a omissão, acolhe-se a impugnação no ponto, com o consequente ajuste do edital para inclusão da modalidade de garantia por título de capitalização, a fim de garantir sua adequação formal ao ordenamento jurídico.

2.5. Substituição de empregado ou preposto: interferência nas atividades empresariais

A cláusula impugnada prevê que a Administração poderá exigir a substituição, no prazo de vinte e quatro horas, de qualquer engenheiro credenciado, preposto, mestre de obras, operário ou outro profissional vinculado à contratada, sempre que, de forma motivada, sua permanência for considerada inconveniente pela fiscalização da obra.

A impugnante sustenta que tal previsão afronta os princípios constitucionais da liberdade de organização empresarial e da impessoalidade administrativa, bem como a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), notadamente no Acórdão 2746/2015 – Plenário, o qual, ao analisar cláusula similar constante de edital do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), reconheceu que a exigência de prévia submissão da relação de empregados à aprovação da Administração Pública, com possibilidade de